

O FUTURO

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO - PCBR

O QUE QUEREM OS COMUNISTAS PARA AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS?

As eleições municipais de 2024 no Brasil se aproximam em um cenário de profunda insatisfação popular e desafios políticos complexos. Após dois anos de um governo marcado por políticas neoliberais sob a liderança de Lula-Alckmin, o país observa um enfraquecimento das forças populares e um preocupante fortalecimento da extrema-direita. Este fenômeno, longe de ser exclusivo do Brasil, reflete uma tendência observada em outras democracias burguesas, como as recentes eleições na União Europeia, em que o descontentamento com as alternativas social-democratas levou ao crescimento de organizações reacionárias.

No centro desse debate está a questão da função do Estado em uma sociedade capitalista. O Estado nunca foi uma entidade neutra; pelo contrário, ele serve como um instrumento da burguesia para manter a ordem capitalista. Mas mesmo dentro da esquerda, há aqueles que se iludem com a ideia de reformar o Estado para que ele atenda aos interesses dos trabalhadores. No entanto, a realidade mostra que o Estado, com seu caráter de classe burguesa, está estruturado para proteger os interesses da elite econômica, deixando os trabalhadores à margem.

Para os comunistas, a participação nas eleições não é uma tática ultrapassada, mas sim uma oportunidade de expor as contradições do sistema e de utilizar as plataformas políticas para denunciar as manobras dos partidos burgueses. Embora o Estado capitalista esteja falido, a maioria dos trabalhadores ainda acredita em sua legitimidade, e volta seus olhos para as disputas eleitorais. Em alguns casos, o boicote eleitoral pode ser uma tática útil, mas em outros, é crucial participar para denunciar o caráter burguês do Estado e promover a luta fora das instituições, através de greves, manifestações e outras formas de mobilização popular.

As eleições de 2024 também revelam o dilema enfrentado pelo Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Sem uma legenda eleitoral própria e sem possibilidade de lançar candidaturas, o partido se vê diante da tarefa de intervir no processo eleitoral de forma a elevar a consciência de classe e fortalecer a organização do proletariado. O voto nulo, embora possa ser uma tática válida em algumas situações, é insuficiente para criar uma agitação programática consistente. O PCBR deve, portanto, analisar cada cenário local,

considerando as correlações de classe e as oportunidades de aliança com partidos de esquerda, como o PSTU, a UP, o PCB e o PSOL, sem comprometer sua firmeza ideológica.

No entanto, o partido não deve se limitar a alianças automáticas. É essencial avaliar as condições específicas de cada município, levando em conta a relação entre os movimentos operários e populares e os partidos eleitorais. Para isso, o PCBR elaborou uma Plataforma Municipal com quatorze pontos programáticos, que servirá de base para todos os diálogos políticos e para a agitação independente, quando não houver possibilidades de alianças coerentes com os objetivos revolucionários do partido.

Em suma, as eleições de 2024 representam mais do que uma simples escolha entre candidatos; elas são um reflexo das tensões e contradições inerentes ao capitalismo brasileiro. Para os comunistas, o desafio é utilizar esse momento para fortalecer a luta de classes, denunciando as limitações do processo eleitoral burguês e promovendo uma alternativa verdadeiramente revolucionária que possa derrubar o Estado capitalista e construir uma sociedade socialista. **pág. 4**

GRITO DOS EXCLUÍDOS:

No 7 de setembro, manifestação conclama a verdadeira independência. **pág 3**

CORTE BILIONÁRIO:

Governo Lula-Alckmin anuncia corte de R\$15 bilhões no orçamento federal. **pág 8**

CONFLITO NA AMAZÔNIA:

Jagunços a mando de fazendeiro atacam ocupação de 200 famílias na região da AMACRO. **pág 9**

IMPASSE NA VENEZUELA:

Após eleições, trabalhadores na Venezuela encaram uma encruzilhada histórica. **pág 11**

PRIMEIRAS PALAVRAS

Nasce O Futuro, o Órgão Central do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), veículo em torno do qual todo o nosso trabalho orbitará – o centro de gravidade da política revolucionária da classe trabalhadora. Em suas versões física e digital, aproveitando o que de melhor ambos os formatos podem oferecer, logo estruturaremos uma redação que não será menos que um estado-maior de especialistas escritores, especialistas correspondentes, um exército de repórteres comunistas que estabeleçam relações em toda a parte – como outrora descreveu Lênin o trabalho da imprensa revolucionária. Com o trabalho desse estado-maior penetraremos até mesmo os segredos de Estado, deslizando por todos os bastidores com os milhões de olhos e ouvidos de nossa classe. Conectaremos nosso trabalho em cada ponto do país, do Amapá ao Rio Grande do Sul, do Acre à Paraíba, dirigindo a organização de maneira unificada através da formação e informação oferecidas pelo Órgão Central, construindo uma ligação efetiva entre as cidades estamos e construindo o caminho àquelas onde logo estaremos.

É através da direção ideológica do Conselho Editorial e do trabalho desse estado-maior que o nosso Exército chegará às multidões hoje esgotadas pela defensiva passiva, quando não na total paralisia incentivada pela esquerda da ordem, aquela que, como braço esquerdo da burguesia, confunde os trabalhadores com falsas soluções. Do outro lado, o exército da ordem se mantém coeso em torno do que interessa: a sustentação do capitalismo em nosso país, um sistema que se alimenta da vida dos trabalhadores e do meio ambiente sem escrúpulos ou limites. Em torno desse jornal formaremos a organização capaz de aglutinar todos elementos mais avançados entre os trabalhadores, cujo trabalho regular será capaz de emular o trabalho nos tempos de exceção, tempos que abrem a possibilidade para a derrubada dos nossos inimigos de classe. Em resumo: o nosso jornal será o instrumento capaz de garantir que em todos os cantos do Brasil os revolucionários mantenham entre si relações constantes, das mais variadas às mais conspirativas, capazes de forjar a unidade efetiva do partido.

Com esse jornal em mãos, a militância de todo o Brasil deve se reunir para debatê-lo, com ele aprender e com ele contribuir. Suas insuficiências devem ser observadas e apontadas, seus pontos fortes devem ser evidenciados e, acima de tudo, seu conteúdo deve ser debatido em conjunto, de forma que também nossa formação política orbite a partir desse veículo. E ainda mais: o jornal deve ser peça comum onde estivermos. Sindicatos e categorias, entidades estudantis, escolas e universidades, territórios e locais de moradia – onde estiver um militante disposto e um trabalhador interessado, aí estará o jornal O Futuro, o Órgão Central do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

EDITOR-CHEFE:

Euclides Vasconcelos

CHEFE DE REDAÇÃO:

Vinicius Okada

CONSELHO EDITORIAL:

Diego Miranda, Gabriel Colombo, Gabriel Lazzari, Gabriel Tavares, Gustavo Pedro, Jones Manoel, Kauana Niz e Lígia Orlandin.

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Ana Vieira

Leia também pela internet:

jornalofuturo.com.br

O Futuro: Um jornal político para todo o Brasil

Gabriel Lazzari, Secretário-Geral do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

[...] na luta entre os órgãos de imprensa, os partidos, as frações e os grupos vão-se cristalizando as tendências ideológicas e políticas realmente de classe; as classes forjam a arma ideológica e política adequada para as batalhas futuras.

Lênin, 1920.

Os trabalhadores de todo o mundo vivem hoje um momento terrível de sua história. Guerras interimperialistas usam nossa classe como bucha de canhão, governos fascistas e social-democratas unem-se sob um programa econômico de ataques aos direitos conquistados e a crise ambiental aventada como um futuro distante já é realidade presente.

Mesmo diante disso, o movimento dos trabalhadores continua com respostas curtas e ineficazes. Em geral, não consegue ir além da defesa de reformas, e mesmo essas estão cada vez menos ousadas. No Brasil, a situação é a mesma: o movimento dos trabalhadores, que teve grandes momentos de ação conjunta e unificada para combater o Estado e aos patrões, hoje parece uma massa indefinida e perdida, cujas lideranças se contentam, a cada dois anos, em pedir votos para jogar o jogo das câmaras, assembleias, prefeituras e governos, o mesmo jogo cretino dos patrões que nos exploram. Os sindicatos viraram prestadores de serviços, em vez de organizadores das lutas. Os partidos de esquerda dão como insuperável o programa da direita.

Reverter essa situação exige muito mais do que boas intenções. Exige, em primeiro lugar, desmascarar qualquer ilusão no capitalismo – toda e qualquer ilusão de que haverá melhoras duradouras com mais “democracia”, mais “participação popular”, mais “cidadania” devem ser duramente combatidas. A classe trabalhadora, no Brasil e no mundo, deve retomar a bandeira que foi jogada ao chão depois de tantos golpes e ataques: a bandeira da revolução socialista, a bandeira do comunismo.

O jornal O Futuro é a contribuição do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário a esse esforço. Se ele for apenas outro “jornal de um partido”, fracassará rápida e tragicamente. O jornal é a alma viva de um Partido Comunista – apenas uma ferramenta como essa poderá esclarecer, ao mesmo tempo, as forças revolucionárias e o movimento dos trabalhadores em suas concepções teóricas

e práticas. Apenas uma ferramenta como essa poderá elevar cada trabalhador e trabalhadora para além do nível de sua luta mais imediata, mais local, para uma compreensão e uma militância de toda a classe, inclusive internacionalmente.

Sem uma ferramenta como essa, um Partido Comunista torna-se um amontoado de militantes, cada qual preocupado com seu umbigo, incapazes de agir como um único corpo nos momentos em que a classe trabalhadora mais precisará de nossa firmeza e de nossa assertividade. Sem uma ferramenta como essa, difundida também em todos os tipos de meio impressos e digitais, não conseguiremos colocar a classe trabalhadora em movimento pelos seus próprios interesses.

A Reconstrução Revolucionária do Partido Comunista em nosso país, hoje levada a frente pelo PCBR, deixou grandes lições sobre o combate a qualquer influência burguesa no movimento dos trabalhadores. Demonstrou que esse combate é uma necessidade permanente e que não há melhor forma de desenvolver com rigor a consciência da nossa classe do que a luta ideológica entre as correntes do movimento dos trabalhadores. Também para isso serve o nosso jornal: ampliar e difundir as polêmicas necessárias e inescapáveis no seio do movimento revolucionário.

Afinal, é para isso que serve o Partido Comunista: para preparar ideológica e praticamente todo o proletariado para a tomada revolucionária do poder. O jornal é o instrumento do PCBR para atingir esse objetivo, de estar presente em cada luta e de elevar a consciência de toda a classe trabalhadora.

O PCBR, aprofundando a Reconstrução Revolucionária, poderá se tornar o partido de vanguarda da classe trabalhadora brasileira, a mesma classe que superará o marasmo, a apatia, o terror e a fragmentação, que tomará o poder de Estado e construirá o socialismo-comunismo. O primeiro passo para isso está sendo dado: um jornal político para todo o Brasil.



Foto: Acervo Jornal O Futuro

@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional

@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional

@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional



Colabore com a imprensa revolucionária através do nosso PIX:

54.810.269/0001-62

Com a sua ajuda esse jornal pode chegar em mais localidades do Brasil!

Movimentos Sociais

No 7 de setembro, Grito dos Excluídos conclama a verdadeira independência

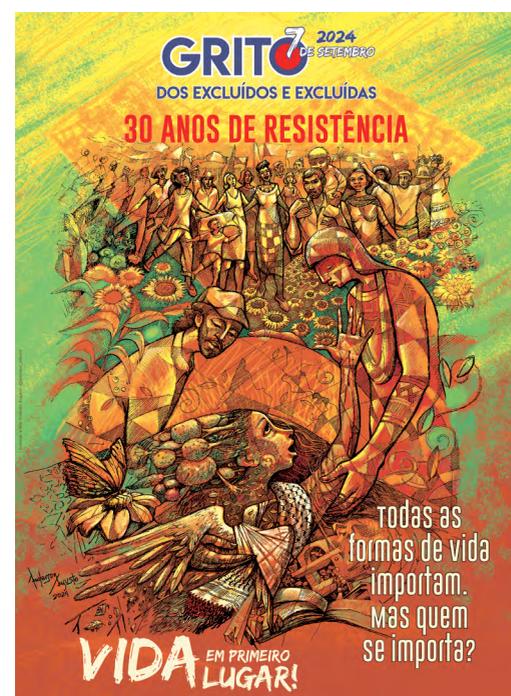
Há 30 anos todo 7 de setembro é palco de uma luta que por nossa memória histórica, presente e futuro: de um lado, a história oficial, história das grandes pinturas, dos desfiles cívicos e militares, história contada pelo Estado, história que nada consegue propor além de um patriotismo passivo. Do outro lado, todos os excluídos dessa história. Nascido no Dia da Pátria, o Grito dos Excluídos é a manifestação que todo ano reúne organizações, partidos e movimentos populares para um contraponto à história oficial da independência do Brasil. Conclamando o povo pobre e excluído, a classe trabalhadora do campo e da cidade, o Grito nos lembra que a Independência, proclamada por um príncipe, não rompeu as correntes que até hoje prendem o Brasil.

E para marcar o aniversário de 30 anos, o Grito escolheu como tema dos atos de 2024 a pergunta: **Todas as formas de vida importam. Mas, quem se importa?** O objetivo é incentivar a discussão sobre a crise climática, causada e acelerada pelo capitalismo, que despreza a vida humana e o meio ambiente em nome do lucro; denunciar o genocídio do povo palestino e a cumplicidade dos poderosos do mundo com os crimes de Israel; o crescente feminicídio no Brasil; o ataque aos direitos do povo trabalhador e várias outras pautas que escancaram o que já é óbvio: sem uma verdadeira independência, os trabalhadores do Brasil continuarão tão oprimi-

dos e explorados quanto seus irmãos espalhados pelo mundo.

Ao lado da importância histórica da iniciativa do Grito dos Excluídos, organizado desde o início pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), é igualmente importante manter e incentivar o espírito combativo da nossa classe, jamais recuar na defesa dos direitos adquiridos e não permitir que tentativas de desmobilização como as de 2021 e 2022 tenham sucesso. Nesses anos, colocando sua tática eleitoral despolitizante acima de tudo, muitas organizações ligadas ao atual governo tentaram cancelar as manifestações do Grito dos Excluídos em nome de “manifestações simbólicas” como lives, espalhando pânico e terror, afirmando que a extrema-direita e o governo Bolsonaro preparava um banho de sangue para o 7 de setembro. Mas a verdade é que, pensando de maneira errada nas eleições de 2022, essas organizações não queriam convocar o povo às ruas pois sabiam que não podem controlá-lo por completo.

Memórias como essa não podem cair no esquecimento, pois hoje o governo Lula-Alckmin aplica um violento ajuste fiscal, limita orçamentos importantes, ataca os pisos da saúde e educação em nome de ganhos para a burguesia e opera um grande pacto de esquecimento nacional, anistando a cúpula das Forças Armadas — especialmente do Exército — de sua respon-



sabilidade na morte de quase 700 mil brasileiros durante a pandemia de COVID, de seu envolvimento na tentativa de golpe de 8 de janeiro e até mesmo silencia manifestações em memória das vítimas do golpe empresarial-militar de 1964, uma das bandeiras mais importantes do Grito dos Excluídos desde sua fundação.

Essa é a importância de manter forte a tradição de manifestações por todo o Brasil no 7 de setembro: não apenas disputamos a memória de todos aqueles que foram excluídos da independência e ignorados pelo progresso, lutamos também pelo nosso presente e futuro.

Após recuo, projetos antiaborto seguem na agenda do Congresso

Mobilização nacional fez Lira adiar articulação anti-aborto, mas o movimento deve ser permanente para barrar a articulação do bolsonarismo, centrão e bancada evangélica

No primeiro semestre deste ano uma mobilização nacional freou o avanço do PL 1904/2024, que ficou conhecido como PL do estupro porque tentava igualar o aborto ao crime de homicídio quando realizado após 22 semanas de gestação. Esse projeto foi uma resposta da Câmara ao STF, já que em maio o ministro Alexandre de Moraes suspendeu uma resolução do Conselho Federal de Medicina que proibia a realização da assistolia fetal (método de aborto em gestações mais avançadas).

A legislação atual permite o aborto em apenas três casos: fetos sem cérebro, gestações fruto de estupro ou risco para a vida de quem gesta. De resto, pessoas são obrigadas a gestar ou buscar alternativas clandestinas em clínicas de aborto caríssimas ou em práticas caseiras, colocando suas vidas em risco. Essa insegurança impacta principalmente as pessoas pobres e negras, geralmente privadas de seus direitos sexuais e reprodutivos, tendo menos acesso a métodos contraceptivos, educação sexual e ao aborto legal (ou ao menos seguro, quando clandestino).

A tática da extrema-direita em diversos países é igual: construir um pânico moral em cima de temas capazes de gerar comoção, como gênero, aborto e sexualidade para sustentar uma ofensiva sobre direitos garantidos nas últimas décadas. A rejeição da parcela mais conservadora da população a esses temas é catalisada pela desinformação disseminada em mídias sociais, grupos de WhatsApp e portais de notícias alinhados a esses movimentos.

Depois de muita mobilização popular, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, resolveu adiar a tramitação do projeto, criando uma comissão de análise. Longe de ouvir a pressão das ruas, o receio de Lira é que o impacto da opinião pública abale as eleições para a mesa diretora da casa.

Por isso o adiamento da votação não significa o fim da ofensiva. Pelo contrário: foram criados pelo menos três novos projetos que, de diversas formas, avançam sobre os direitos sexuais reprodutivos e buscarão respaldo na comissão criada por Lira para trazer de novo a

pauta após as eleições.

É necessária uma permanente mobilização em torno do tema, como aponta Mariana Amaral, diretora do Sindicato dos Médicos de São Paulo (SIMESP) e militante do PCBR: “O recuo em relação ao PL não é nenhuma garantia de que não haverá retrocesso. É necessário continuar nas ruas, organizando um calendário nacional de mobilização permanente em torno da pauta. E mais: é preciso dar um passo além e levantar a bandeira da luta pela legalização do aborto sem restrições, com amplo acesso ao procedimento seguro e gratuito para todas as pessoas que gestam.”



Ato contrário ao PL 1904 em Fortaleza. Manifestações encheram as ruas de todo o país. Foto: Acervo Jornal O Futuro



Ato contrário ao PL 1904 em São Paulo. Foto: Catherine Calognomos

Eleições

As eleições burguesas na visão dos trabalhadores

De dois em dois anos o Brasil passa por eleições para diversos cargos do Estado, alternando entre eleições municipais (como as desse ano), eleições estaduais e federais, (que teremos daqui a dois anos). Diferentemente do que pode parecer à primeira vista, esse não é o “estado natural” das eleições, mas a forma que acontece no nosso país desde os anos 1990. O que aproxima as eleições no Brasil das eleições nos outros países capitalistas é que, de uma forma ou de outra, elas são eleições para a gestão do Estado capitalista nos países.

Não podemos nos enganar: o Estado, na sociedade capitalista, não é uma entidade neutra em disputa pelos grupos na sociedade (nem mesmo entre as classes sociais fundamentais, os trabalhadores e a burguesia). O Estado tem um caráter de classe burguês, é um instrumento para a gestão do capitalismo em cada país. É claro que, mesmo dentro da chamada “esquerda”, há os que querem se iludir, crendo que é possível “reformular” esse Estado até que ele, supostamente, represente nossos interesses. Qualquer trabalhador que pare para observar e estudar o funcionamento de um tribunal, do Congresso Nacional, dos governos dos estados e das prefeituras sabe, perfeitamente, que nossos interesses não estão representados ali – e nem poderiam. Em uma greve de trabalhadores, em uma ocupação urbana ou em um assentamento rural, nós conseguimos ver claramente como os trabalhadores lutam pelos seus interesses. Mas conseguimos ver o mesmo no Estado? E no Congresso, nas Assembleias, nas Câmaras? Não parece que disputando pela via eleitoral ou legal teremos grandes vitórias. No Brasil, diferentemente do que defendem os partidos reformistas, os trabalhadores nunca tiveram a maioria parlamentar

e mesmo assim conquistas duradouras para a classe trabalhadora foram alcançadas porque a luta é o melhor instrumento de disputa.

Então participar nas eleições não é uma tática ultrapassada? Não é o que nós, comunistas, achamos. Nós entendemos que mesmo que o Estado capitalista já tenha demonstrado sua falência, a imensa maioria dos trabalhadores e das massas do povo ainda acreditam no Estado. Se não acreditassem, estaríamos às portas da revolução socialista no Brasil e disputando o controle da sociedade contra o Estado.

Em alguns momentos o boicote eleitoral pode ser uma tática útil. Pode haver, como já houve, na história da luta dos trabalhadores, momentos em que a burguesia decidiu usar do momento eleitoral como tática para impedir um movimento revolucionário de massas, tentando contê-lo em formas institucionais. Há também momentos em que as possibilidades eleitorais são tão igualmente distantes dos interesses da classe trabalhadora que apoiar qualquer lado da disputa implica um compromisso equivocado dos revolucionários, um compromisso que coloca a disputa eleitoral acima dos interesses estratégicos da revolução Socialista.

No fundo, o que importa é o conteúdo da atuação dos comunistas nas eleições e nos postos eleitos do Estado burguês. Não podemos ter qualquer ilusão no fato de que assumir postos no Estado tem qualquer impacto no Estado em si. Não temos ilusões sobre a possibilidade de um “capitalismo mais humano”, de um “Estado capitalista mais democrático” ou de uma “democracia avançada”. Nós comunistas entendemos que a única solução é a derrubada do Estado pela própria classe trabalhadora, que construa seu próprio governo, baseado nos seus instrumen-

tos democráticos de poder. Só assim poderemos construir o socialismo-comunismo. A função dos comunistas que estiverem em postos no Estado é utilizar essas plataformas de grande visibilidade para denunciar o caráter desse Estado, as manobras dos partidos burgueses em detrimento da classe trabalhadora, bem como ajudar a construir as formas de luta fora do Estado, as greves, as manifestações, as paralisações e outras lutas operárias e populares.

Não conseguiremos fazer nenhuma dessas ações e nem imprimir um caráter proletário para nossa agitação eleitoral e parlamentar se desprezarmos essa frente de luta com desdém, se nós não nos dispusermos a compreender as medidas e formas de ataques da burguesia aos trabalhadores. Não adianta nada saber que no socialismo nossos problemas serão resolvidos se, hoje, não empreendermos a mais árdua mobilização e disputa da classe trabalhadora em torno do Programa comunista, que apresenta medidas a serem conquistadas imediatamente pela classe trabalhadora – medidas que podem ter vitórias mais rápidas se contarem com o apoio de parlamentares comunistas expandindo a luta de massas.

Todas as posições dos comunistas frente aos postos do Estado serão, assim, inteiramente subordinadas às lutas da classe trabalhadora. As lutas eleitorais são sempre secundárias, sempre táticas circunscritas a determinado momento e conjuntura – são pontos de apoio que os comunistas devem usar, na maioria das vezes, para dar maior força ao movimento dos trabalhadores, para organizá-lo melhor, conquistá-lo ideologicamente, apontar os rumos para a vitória, para a revolução socialista.

Confira o que consta nas resoluções do XVII Congresso (Extraordinário) sobre a política eleitoral (p. 98):

§132 Como marxistas-leninistas, compreendemos que a transformação socialista que desejamos só poderá ser realizada por meio de uma revolução proletária e da expropriação de todos os meios de produção burgueses. É impossível a mudança radical do regime político e do modo de produção através das vias eleitorais burguesas. Isso não significa que renunciemos a utilizar toda e qualquer forma legal de luta em favor da classe trabalhadora, seja para a realização de qualquer demanda imediata, seja para a luta política e ideológica por meio da participação em eleições e parlamentos, como meio de elevar o grau de organização e consciência do proletariado. O Partido buscará formas de utilizar o momento e os processos eleitorais burgueses para agitar seu Programa, evitando o reboquismo em relação a partidos de maior projeção eleitoral, não ocorrendo assim erros do passado próximo. Dessa forma, a participação nas eleições burguesas sempre tem um sentido tático e não estratégico.

§133 O Comitê Central deverá apresentar um plano de legalização do Partido a ser referendado pela maioria dos organismos a ele submetidos.

O que fará o PCBR nas eleições de 2024?

Campo Democrático-Popular: conjunto de organizações (partidos, movimentos sindicais e sociais) cujo objetivo é aprofundar a democracia burguesa, mantendo esse sistema político. Seus principais esforços estão atrelados às eleições e à participação no Estado. Muitas vezes agem contra os interesses dos trabalhadores com o argumento de não provocar a burguesia, não prejudicar o governo do momento. Tentam restringir os movimentos de luta espontâneos aos espaços institucionais já existentes. O PT e a CUT são os maiores representantes deste campo.

Alternativas sociais-liberais: propostas de saúde, educação e distribuição de renda insuficientes e focadas somente nas situações mais graves, isto é, sem garantir saúde e educação pública universais e pleno emprego ao povo trabalhador, mantendo a política liberal na economia. Por exemplo: o novo teto de gastos que impõe limites aos investimentos públicos e as privatizações e parceria-público privadas, que colocam o lucro acima das demandas populares.

As eleições de 2024 ocorrem após dois anos de aprofundamento de políticas neoliberais por parte do governo Lula-Alckmin, que não apenas dá base a uma postura crítica ao governo em meio às massas populares, como também têm dado novo fôlego à extrema-direita, uma vez que ainda falta uma alternativa revolucionária com enraizamento na classe trabalhadora. Mais uma vez, a única coisa que o campo democrático-popular terá a oferecer nas eleições será o discurso liberal contra os reacionários, enquanto sua política econômica fortalece a direita que diz combater.

Esse fenômeno não é novo. Também as eleições recentes na União Europeia expressaram um fortalecimento das organizações reacionárias a partir da rejeição às alternativas social-liberais.

Essa é uma fórmula que se repete há mais de um século: é quando a democracia liberal se mostra incapaz de dar respostas aos problemas do povo trabalhador que o fascismo se levanta, com

uma força proporcional ao enfraquecimento das forças proletárias e populares diante do programa econômico da grande burguesia. Esse quadro só atinge proporções tão dramáticas porque justamente a “esquerda” majoritária sempre confraterniza com a burguesia debaixo da bandeira da democracia liberal e do “ajuste fiscal”, quando deveria erguer uma bandeira própria, oposta à política burguesa, apresentando-se como porta-voz de uma alternativa econômica da classe trabalhadora, uma alternativa verdadeiramente revolucionária.

É desse cenário de retrocesso que decorrem as tarefas do Partido Comunista nessas eleições. Somos responsáveis por oferecer combate às forças da extrema-direita, denunciando a demagogia reacionária, ao mesmo tempo em que expomos sem hesitação a responsabilidade do campo democrático-popular nesta correlação de forças, incentivada por sua política liberal e

Filiação Democrática: quando o militante de um partido que não possui registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) filia-se a um outro partido registrado apenas para concorrer as eleições.



Foto: Acervo Jornal O Futuro

reconciliadora com a burguesia e os golpistas. Devemos contribuir para fechar espaço aos reacionários, ao mesmo tempo em que contribuímos para a demarcação de um campo de oposição socialista ao governo burguês social-liberal.

Nessas eleições, como não dispomos de legenda eleitoral própria, o PCBR não poderá lançar candidaturas suas, que representem de maneira direta nossa política e nosso programa. Ao mesmo tempo, encerrado o prazo jurídico eleitoral para filiações, não há espaço para a retomada da discussão sobre possíveis “filiações democráticas”. Nessas condições devemos buscar intervir para agitar nosso programa e elevar o grau de organização e consciência do proletariado por meio de nossa tática eleitoral, como bem ditam nossas resoluções.

A despeito da impossibilidade de lançarmos nossas próprias candidaturas, não consideramos que a melhor forma de alcançar os objetivos acima elencados seja a abstenção e voto nulo. Embora essa seja uma tática que não pode ser descartada em absoluto, especialmente para localidades onde não surja qualquer alternativa consequente com nossa tática eleitoral, o indicativo de voto nulo tem pouca capacidade de oferecer uma agitação consistente e conectada aos aspectos programáticos que nos são caros. Para que estejamos à altura de nossas tarefas, não basta compreender os limites do processo eleitoral burguês – é preciso compreender também o que ele impõe às organizações. A impossibilidade de apresentarmos candidatura própria não muda o fato de que o desfecho deste processo eleitoral pode trazer distintas consequências para a classe trabalhadora em cada localidade. Como Partido de classe, nosso dever é olhar para além de nossas oportunidades imediatas, tendo em vista os interesses do proletariado como um todo em sua luta. Apenas a abstenção eleitoral não é capaz de mudar a realidade de que, nos próximos meses, milhões de trabalhadores brasileiros irão às urnas para endossar essa ou aquela alternativa política. Nosso dever consiste em alertar e orientar quanto aos riscos completos ou potenciais dessas alternativas, não

os ignorar ou menosprezar suas nuances.

No quadro de um país regionalmente diverso e de um pluripartidarismo que pulveriza e mina a unidade tática das organizações eleitorais existentes, o Comitê Central compreende que delimitar uma tática nacional unificada para as eleições municipais não é uma tarefa simples. Não basta simplesmente definir, por exemplo, quais partidos podemos ou não apoiar, justamente pelo fato de que mesmo partidos de esquerda autoproclamados socialistas adotam muitas vezes posturas erráticas e incoerentes. Não raro, o mesmo partido que em uma localidade apresenta a possibilidade de uma plataforma que faça avançar a consciência de classe, em outra localidade estará em alianças até mesmo com partidos da direita, aos quais nos recusamos em absoluto partilhar qualquer articulação e unidade de ação.

Portanto, embora indiquemos a possibilidade de alianças com partidos como o PSTU, a UP, o PCB e o PSOL, esse mero indicativo não é suficiente para assegurar a firmeza ideológica e política que é exigida de um Partido Comunista em sua intervenção política e eleitoral. Em primeiro lugar é preciso analisar cada situação local à luz de diretrizes nacionais programáticas. Em seguida, avaliar as correlações de classes específicas de cada localidade, levando em conta a relação efetiva entre os movimentos operários e populares, por um lado, e os partidos eleitorais, por outro lado, no âmbito de cada município onde estamos inseridos.

Para isso elaboramos a nossa **Plataforma Municipal**, uma sequência de quatorze pontos onde o Comitê Central sintetizou os aspectos de nosso programa que mais diretamente se conectam aos problemas locais, buscando ao mesmo tempo não negligenciar pautas que, embora não estejam juridicamente no campo das competências dos poderes municipais, permanecem sendo bandeiras que devem ser agitadas a todo o tempo. Essa plataforma será a base para todos os diálogos políticos que estabeleceremos e para nossa agitação independente, quando não houver nenhum possível.

“O proletariado deve aqui cuidar de que por toda a parte, ao lado dos candidatos democráticos burgueses, sejam propostos candidatos operários, na medida do possível de entre os membros da Liga e para cuja eleição se devem acionar todos os meios possíveis. Mesmo onde não existe esperança de sucesso, devem os operários apresentar os seus próprios candidatos, para manterem a sua democracia, para manterem a sua autonomia, contarem as suas forças, trazerem a público a sua posição revolucionária e os pontos de vista do partido. Não devem, neste processo, deixar-se subornar pelas frases dos democratas, como por exemplo que assim se divide o partido democrático e se dá à reação a possibilidade da vitória. Com todas essas frases, o que se visa é que o proletariado seja mistificado. Os progressos que o partido proletário tem de fazer, surgindo assim como força independente, são infinitamente mais importantes do que o prejuízo que poderia trazer a presença de alguns reacionários na Representação.”

Karl Marx, Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas, 1850.



Foto: Acervo Jornal O Futuro

O QUE QUEREM OS PARA AS ELEIÇÕES CONHEÇA A PLATAFOR

Sabendo que a política eleitoral municipal do Partido Comunista deve ser a aplicação local de sua estratégia e tática nacional, apresentamos aos trabalhadores brasileiros os quatorze pontos de nossa **Plataforma Municipal: Nossas diretrizes inegociáveis para iniciar o diálogo com qualquer candidato na disputa eleitoral deste ano.**

Tais pontos não só estão sendo apresentados em cada canto do Brasil àqueles que procuram nossa militância em busca de apoio ou de orientação, como **também serão agitados nas ruas, locais de trabalho e territórios** por aqueles que sabem que os limites da democracia burguesa não podem definir as bandeiras dos trabalhadores do nosso país.

Essa é a nossa forma de aplicar **uma orientação política nacionalizada, nítida e bem definida**, evitando ficar a reboque de partidos eleitoreiros, para os quais as eleições são a razão de ser e a única coisa na qual conseguem pensar.

1

Redução da jornada de trabalho e **proibição da escala 6x1** no âmbito municipal, a começar pelos servidores públicos.

2

Defesa dos **pisos constitucionais da saúde e educação** contra quaisquer ataques.

3

Pagamento imediato do **piso da enfermagem e do magistério.**

4

Luta pela **revogação do Novo Teto de Gastos.**

5

Reversão de todas as privatizações, concessões, terceirizações e "parcerias" que transferem recursos públicos para a exploração da iniciativa privada. **Passé Livre** e estatização dos transportes. **Fim das Organizações Sociais (OS)** na saúde e educação públicas.

COMUNISTAS MUNICIPAIS? PROGRAMA DO PCBR



6

Despejo Zero no município! Atenção às moradias em áreas sob risco de enchentes e deslizamentos. Expropriações de imóveis ociosos ou endividados para fins de moradia popular e criação de creches e refeitórios populares. Criação de uma empresa pública municipal de construção civil.

7

Avanço na demarcação e titulação das **terras indígenas, quilombolas e de comunidades de terreiro.**

8

Desmilitarização da segurança pública e das Guardas Municipais, reestruturadas sob controle popular. Apoio às formas comunitárias e populares de autodefesa.

9

Contra a militarização das escolas.

10

Constituição, manutenção e financiamento de serviços públicos municipais que assegurem **o direito ao aborto legal, seguro e gratuito.**

11

Fim de todos os manicômios e da lógica manicomial no sistema público de saúde. **Fim das internações compulsórias de pessoas com transtornos mentais** e pelo fim das Comunidades Terapêuticas.

12

Políticas públicas de **combate a todas formas de opressão e discriminação.**

13

Corte dos privilégios dos altos cargos públicos.

14

Rompimento de relações políticas e econômicas, convênios e licitações com empresas, instituições e entidades israelenses ou **cúmplices no genocídio e apartheid do povo palestino.**

Brasil

Governo Lula-Alckmin penaliza os mais pobres com corte de R\$15 bilhões



Foto: Evaristo Sá/AFP

Com a desculpa de cumprir as regras fiscais, o governo Lula-Alckmin anunciou um bloqueio de R\$15 bilhões no orçamento federal. Essa decisão escancara a contradição entre o discurso e a prática que impacta diretamente a vida dos trabalhadores. A responsabilidade de definir quais áreas serão afetadas pelo corte foi delegada aos ministérios, mas o resultado não poderia ser mais desastroso: os setores essenciais para a população serão os mais atingidos.

O Ministério da Saúde, por exemplo, sofreu um corte de R\$1,7 bilhão no programa Farmácia Popular, o equivalente a 36% de todo o orçamento previsto para 2024. Também na saúde, R\$579 milhões foram bloqueados do orçamento destinado à atenção especializada. Esses cortes afetam diretamente o acesso da população mais pobre a medicamentos e tratamentos essen-

ciais, o que mostra o descaso do governo com a saúde pública.

No Ministério do Desenvolvimento Social, o bloqueio de R\$580 milhões impacta o Auxílio Gás, benefício vital para milhões de famílias que dependem desse subsídio para garantir o básico em suas casas. Outro golpe foi desferido contra o Ministério das Cidades, que teve R\$500 milhões bloqueados, prejudicando a construção de casas de interesse social. Esse corte interrompe a conquista da casa própria para milhares de brasileiros e agrava ainda mais o déficit habitacional do país.

No Ministério da Previdência Social, o bloqueio de R\$255 milhões afeta o sistema de processamento de dados da Previdência Social, colocando em risco a eficiência e a integridade de serviços previdenciários que já enfrentam

inúmeras dificuldades.

Na contramão dos cortes, o governo mantém sua fidelidade cega ao mercado financeiro, aplicando um ajuste fiscal que sacrifica as necessidades básicas da população. O que chamam de “responsabilidade fiscal”, como defendido nas falas de Lula, Fernando Haddad e Simone Tebet, tornou-se uma ferramenta para perpetuar a lógica neoliberal, em que o povo trabalhador é quem paga a conta do lucro dos mais ricos.

Essa é a realidade de um governo que, no lugar de enfrentar os verdadeiros problemas que causam o desequilíbrio fiscal — como a injustiça tributária — prefere tirar recursos daqueles que mais necessitam. No fim das contas, o que fica claro é que a política econômica do governo não serve ao povo brasileiro, mas aos interesses da burguesia do nosso país.

Juventude

“Pé de Meia”: bolsa de R\$200 mensais para alunos é suspensa e futuro do programa é incerto

Ano passado o Ministério da Educação (MEC) apresentou o programa Pé de Meia, prometendo combater a evasão de alunos de baixa renda do ensino médio através de um incentivo financeiro à sua permanência na escola. Mas recentemente a área econômica do governo anunciou um congelamento de R\$15 bilhões. Deste congelamento, R\$1,28 bilhão serão cortados da verba do MEC, dos quais cerca de R\$500 milhões pertencem ao programa Pé de Meia. Apesar disso, o Governo Federal e o MEC continuam a prometer que nada no andamento do programa será comprometido e anunciam sua expansão mesmo em meio aos cortes.

Essa tendência de jamais questionar a soberania do arcabouço fiscal, mesmo significando o prejuízo de programas importantes para a classe trabalhadora brasileira, demonstra outra vez o óbvio: o governo Lula e a posição política do PT são neoliberais. O projeto em si tem futuro incerto, pode não conseguir se sustentar, e, apesar de ser benéfico, é apenas o primeiro pas-

so num longo caminho de reestruturação do sistema educacional brasileiro. O ministro da educação, Camilo Santana reconhece esse fato em entrevista à Carta Capital. Mas uma contradição se apresenta de forma incontornável: como será possível reestruturar para melhor o sistema educacional brasileiro dentro dos limites do teto de gastos, se mesmo programas pontuais como o Pé de Meia são afetados por ele?

Não se combate a evasão escolar fornecendo um incentivo financeiro como a bolsa de R\$200 ao mês, totalizando R\$9.200 ao fim de três anos de ensino médio. Combater a evasão significa combater a precarização do trabalho, o avanço do setor privado sobre a educação, o Novo Ensino Médio, o cinicismo e desesperança gerados por um método e conteúdo educacional distante das realidades dos alunos, a lógica de ensino ainda profundamente colonizada, a exploração de crianças para o trabalho, o abuso sexual de menores e a gravidez precoce, a homofobia e a transfobia, a violência doméstica, o



Camilo Santana, Ministro da Educação. Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

bullying e o constante acobertamento dos abusos que os estudantes sofrem dentro do ambiente escolar, etc. E nada disso é possível que seja feito nos marcos do novo teto de gastos, muito menos sem que se cumpra a promessa de revogação do Novo Ensino Médio.

Amazônia

Ocupação Marielle Franco: Um conflito silenciado na região Amacro

A AMACRO, oficialmente denominada Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira, é uma região composta por 32 municípios que abrangem o sul do Amazonas, o leste do Acre e o noroeste de Rondônia em uma área de 454.220 km². Criada para ser um modelo de desenvolvimento sustentável, na região os latifundiários são incentivados a produzir “carne verde” e florestas são cedidas para grandes madeireiras e para o mercado de carbono. Esse modelo levou a um aumento de desmatamento, queimadas, grilagem e conflitos na região, que no ano passado concentrou 10% dos conflitos por terra em todo o país e 26% dos assassinatos relacionados a conflitos no campo.

Nessa região está a comunidade Marielle Franco, situada em terra devoluta, ou seja, terra que nunca foi patrimônio particular e deve ser arrecadada pelo estado, assim declarada pelo diretor de governança fundiária do Incra de Brasília, que afirmou que o local pertence à União. A comunidade faz divisa com a “Fazenda Palotina”, que nada mais é que uma área grilada por Zomora Filho e seu pai, Sidnei. A comunidade onde hoje vivem 200 famílias surgiu em 2015, mas há décadas a área é utilizada pelos extrativistas. Desde o início os ocupantes enfrentam ameaças, corrupção, violência e repressão policial, uma

situação que se intensificou nos últimos meses.

Em fevereiro, após denúncias feitas pela comunidade acerca da extração ilegal de madeira, do ataque de jagunços e ameaças de morte, um extrativista foi ferido com golpe de terçado (facão), outras pessoas foram agredidas e Paulo Sérgio Araújo, líder da comunidade, foi preso. O fazendeiro conseguiu incriminar, prender e torturar Paulo com o objetivo de amedrontar os moradores, mantendo a liderança em prisão domiciliar distante da comunidade. A situação chegou ao ponto em que nas últimas semanas o fazendeiro passou a utilizar drones para vigiar e aterrorizar a comunidade.



Área derrubada e queimada em Xapuri, setembro de 2023. Foto: Gleilson Miranda/ Varadouro

Sindical

Correios em luta: Greve nacional contra o desmonte da Estatal

Os Correios têm sido alvo de diversas tentativas de privatização, refletindo o constante embate entre os interesses do capital privado e a defesa de um serviço público essencial para o povo brasileiro.

Os trabalhadores dos Correios deflagraram greve nacional no dia 07 de Agosto, decisão fruto de um longo processo de negociação frustrado no qual, após 14 rodadas de reuniões com a direção da estatal, não houve avanços significativos que atendessem às demandas urgentes da categoria. Em carta aberta à população, os trabalhadores deixam claro que a paralisação é uma resposta necessária diante da intransigência da empresa e do Governo Federal, que se recusaram a discutir 35 cláusulas essenciais para a manutenção de condições dignas de trabalho.

Entre as principais reivindicações da categoria está a luta por um reajuste salarial imediato que contemple as necessidades reais dos trabalhadores. A proposta apresentada pela empresa de um pequeno reajuste apenas em 2025 ignora a data-base de 1º de agosto de 2024, instrumento legal de reposição salarial previsto na Constituição Federal que visa evitar a defasagem salarial do trabalhador. A categoria também denuncia a situação precária do plano de saúde dos Correios, que hoje se tornou inacessível para mais de 20 mil trabalhadores devido aos altos custos de mensalidades e coparticipações: “Solicitamos a redução desses custos para manter este benefício vital”, afirmam os trabalhadores em sua carta aberta.

A greve também levantou a bandeira da realização de novos concursos públicos, uma demanda crucial para reverter o sucateamento deliberado da empresa. Desde 2011, não houve novas contratações significativas, resultando em uma drástica redução do efetivo de 127 mil para os atuais 78 mil trabalhadores. Este déficit impacta diretamente a qualidade dos ser-

viços prestados à população, sobrecarregando os trabalhadores restantes e tornando inviável a manutenção do nível de trabalho estratégico e logístico de sua responsabilidade.

Passados 16 dias de greve, no dia 21 de Agosto, em reunião de mediação no Tribunal Superior do Trabalho (TST) e a partir da unidade dos trabalhadores do correio, a categoria conseguiu importantes conquistas em relação à redução do prazo para a entrega do relatório final sobre o plano de saúde, a antecipação de parte do Vale Perú para setembro, a perspectiva de contratações via concurso ainda em 2024, e ajustes na cláusula de gratificação de férias. Os trabalhadores encerraram a greve e retornam ao trabalho no dia 23 de Agosto, após as conquistas da reunião de mediação serem discutidas pelas bases.



Trabalhadores em greve no estado do Rio de Janeiro. Foto: Sintectri/Divulgação

Greve dos rodoviários de Recife e região metropolitana

Após mobilizações e tentativas de negociação, os trabalhadores rodoviários de Recife e Região Metropolitana anunciaram uma greve que durou dois dias, sendo finalizada após a reunião com o sindicato patronal mediada pela Justiça do Trabalho. Anunciada na madrugada do dia 12 de agosto, a greve cumpria a determinação da Justiça de que 60% da frota deveria operar nos horários de pico. Mas contando com a truculência da Polícia Militar de Pernambuco, as empresas conseguiram retirar mais veículos das garagens, mostrando mais uma vez como o Estado defende mais os interesses da iniciativa privada que as demandas da classe trabalhadora. Um fato importante é que a greve contou com forte apoio da população trabalhadora recifense, que desde o início incentivou o movimento grevista, apoiando-a através de outras entidades sindicais e de movimento estudantil.

Apesar do forte poder de barganha da categoria, que além de tudo contou com o apoio da população, a greve durou apenas dois dias. Na primeira audiência de conciliação o sindicato filiado à CNTTL (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística) aceitou a proposta apresentada pela Urbana-PE: reajuste salarial por dupla função, presença do Ministério Público do Trabalho nas negociações pelo plano de saúde e a modificação da “cláusula do GPS”, conhecida como “roubo de horas”. Neste modelo o trabalhador precisa estar sempre à disposição, mesmo que receba apenas pelas horas que o veículo está circulando. Depois da modificação, a cláusula agora estabelece que as horas sejam contadas a partir do momento em que o trabalhador chega na garagem, além de dar aos rodoviários acesso às informações sobre a própria jornada, antes não disponibilizada pelas empresas. O fim da greve despertou insatisfação na população e na categoria, uma vez que o movimento surgiu com forte apoio e tinha potencial para uma maior duração e melhores ganhos para os trabalhadoras.

Clima e Questão Agrária

Brasil do agro cercado por fogo e sufocado por fumaça

Nas últimas semanas o interior paulista pegou fogo em intensidade nunca antes registrada, provocando uma série de consequências ambientais, sanitárias e socioeconômicas. A fumaça produzida juntou-se com a das queimadas que há semanas destroem a Amazônia, o Cerrado e o Pantanal, produzindo um cenário assustador: um céu com tom avermelhado e carregado de partículas tóxicas. Este acontecimento é mais um sinal de alerta da urgência da questão ambiental e de como os governos e as classes dominantes têm falhado em enfrentar as mudanças climáticas.

O estado de São Paulo registrou 2.316 focos de incêndio entre os dias 22 e 23 de agosto, segundo dados do Programa Queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Um aumento expressivo quando comparado aos 352 focos em todo o mês de agosto de 2023. Em todo o ano passado foram registrados 1.666 focos de incêndio no estado paulista.

As cidades e regiões mais afetadas pelo fogo sofreram restrições como a suspensão das aulas, paralisação da operação de linhas de ônibus, evacuação de fábricas e interdição de 17 rodovias. Em Urupês, região de São José do Rio Preto, dois trabalhadores que atuavam na brigada de incêndio morreram em ação.

O Centro de Gerenciamento de Emergências da Defesa Civil de São Paulo tem alertado para o risco de incêndio desde o dia 15 de agosto, ou seja: uma semana antes dos incêndios que atingiram pelo menos 20 cidades do estado. Portanto, a situação não era desconhecida pelo governador Tarcísio de Freitas, que tomou a iniciativa de criar um gabinete de crise para atuar nas queimadas somente após o interior do estado pegar fogo. Uma letargia que não é notada quando o assunto é mobilizar a Polícia Militar para re-

primir, torturar e assassinar a população pobre, negra e periférica, como na operação escudo.

Segundo a Defesa Civil de São Paulo, trinta cidades estiveram em alerta máximo devido a focos ativos de incêndio, baixa umidade relativa do ar e onda de calor: Alumínio, Araraquara, Bernardino de Campos, Boa Esperança do Sul, Dourado, Iacanga, Itirapina, Itápolis, Jaú, Lucélia, Monte Alegre do Sul, Monte Azul Paulista, Nova Granada, Piracicaba, Pirapora do Bom Jesus, Pitangueiras, Poloni, Pompeia, Pontal, Presidente Epitácio, Sabino, Salmourão, Santo Antônio da Alegria, Santo Antônio do Aracanguá, Sertãozinho, São Bernardo do Campo, São Simão, Taquarrituba, Torrinha e Ubarana.

Essas queimadas que ocorreram no estado de São Paulo são parte do cenário trágico e criminoso de incêndios no Brasil em 2024. No primeiro semestre, 4,48 milhões de hectares foram queimados, segundo dados do MapBiomas. Os incêndios na Amazônia, Cerrado e Pantanal foram de tal proporção que produziram fumaça em quantidade suficiente para percorrer na atmosfera o mesmo caminho dos chamados “rios voadores”.

Ao invés de água, o ar veio carregado de carbono tóxico com potencial danoso para a saúde. Segundo o epidemiologista e pesquisador da Fiocruz Amazônia, Jessem Orellana, “esses contaminantes [da fumaça carregada de micro partículas] geram reação inflamatória e podem até prejudicar nossa resposta imunológica. Entre os efeitos diretos estão a tosse seca, sensação de falta de ar, irritação dos olhos e garganta, congestão nasal ou alergias na pele. Podem agravar doenças respiratórias pré-existentes como rinite, asma, bronquite, doença pulmonar obstrutiva crônica ou mesmo Síndrome Respiratória Aguda Grave”.



Incêndio na região de Votuporanga (SP). Foto: Defesa Civil/Divulgação

Os governos, a mídia e a burguesia adoram falar sobre o meio ambiente e as mudanças climáticas, mas poucas medidas são tomadas e, destas, menos ainda são efetivas. Em um curto período de tempo o Brasil passou a vivenciar eventos climáticos extremos como secas e inundações, combinado com ações criminosas como os incêndios. Não há perspectiva de melhoras. No estado de São Paulo, o risco elevado de queimadas se mantém e há ainda o risco de escassez de água em diversas cidades.

Não há saída para essa situação apenas com ações que não são mais que “apagar incêndio”. É necessário enfrentar as causas das mudanças climáticas. No Brasil, a principal contribuição para o aquecimento global vem da mudança do uso do solo, da transformação da vegetação nativa em pastos e lavouras através de queimadas e desmatamentos. Uma dinâmica que remonta ao período colonial, mas que ganhou impulso nos últimos 40 anos, quando o autodenominado “agronegócio” destruiu mais de 110 milhões de hectares de vegetação nativa. Quem ganha com isso? As empresas nacionais e estrangeiras do agronegócio e as oligarquias locais, os latifundiários que há séculos exploram o nosso povo. Quem perde? Os milhões de trabalhadores brasileiros que ainda enfrentam a opressão dos patrões enquanto o capitalismo destrói o planeta Terra.

Internacional

As armas de Israel matam na Palestina e no Brasil

Há mais de 75 anos, um violento regime de apartheid impera na Palestina, onde bombardeios constantes, deslocamentos forçados, prisões políticas, torturas e assassinatos contínuos são promovidos pela ocupação colonial do Estado genocida de Israel.

Desde o ataque coordenado das organizações palestinas em outubro do ano passado, Israel matou mais de 40 mil palestinos e feriu outros 92 mil, destruindo 80% da infraestrutura da Faixa de Gaza, nesse que é o genocídio mais documentado e transmitido da história. Essa limpeza étnica acontece com a cumplicidade da chamada “comunidade internacional”, que assiste passivamente, sem apresentar qualquer esforço verdadeiro para impedir as ações de Israel.

O povo palestino chama de Nakba, palavra árabe que significa “catástrofe” ou “tragédia”, o grande êxodo iniciado em 1948, quando pelo menos 711.000 árabes palestinos foram expulsos de seus lares e fugiram de sua terra, espalhando-se pelo mundo. O que vemos hoje não é senão a continuação da expansão colonial de Israel, que quer para si não apenas toda a Palestina como o território de outros países árabes. Diante desse cenário, vozes de resistência levantam-se pelo mundo todo em protestos que reúnem centenas de milhares de pessoas em defesa do povo palestino, muitas vezes duramente reprimidas, censuradas e perseguidas em seus países.

Mas mesmo com um genocídio em curso, e mesmo com as repetidas falas do presidente



Fawzi al-Juneidi, de 16 anos, se tornou um símbolo da detenção de jovens pelo Exército israelense quando foi preso em 2017 e fotografado com os olhos vendados. Foto: ANADOLU/GETTY

Lula comparando as ações de Israel às da Alemanha nazista, as armas e equipamentos militares que matam jovens na Palestina também massacram jovens no Brasil. Israel mantém relações comerciais com estados brasileiros para a venda de armamento para suas polícias militares, além das relações entre o Estado brasileiro e o Estado de Israel para diversos fins, como o caso do contrato de quase um bilhão de reais com a empresa genocida israelense Elbit Systems para a compra de 36 veículos blindados pelo Exército Brasileiro, suspensa recentemente pelo governo depois de meses de pressão pela interrupção da compra que financiaria com dinheiro brasileiro o assassinato de inocentes na Faixa de Gaza.

A verdade é que enquanto o Brasil não

romper relações diplomáticas, militares e comerciais com Israel, seguirá financiando direta e indiretamente o genocídio do povo palestino. E isso não acontece por uma coincidência: jamais podemos esquecer que o Brasil executa sua própria política de morte contra as populações indígenas, negras e pobres do nosso país, boa parte através de todo tipo de armamento e assistência militar israelense. Por isso não nos resta dúvidas: o Brasil precisa romper imediatamente as relações diplomáticas e todos os acordos militares e econômicos com o Estado de Israel. Até que isso seja feito, qualquer pronunciamento presidencial, por mais crítico que possa parecer, não passa de palavras de quem não tem nenhuma intenção de agir.

Internacional

A Situação na Venezuela e seus desdobramentos

Conselho Editorial do Órgão Central do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)



Foto: Miguel Gutiérrez/EFE

Iniciada no final dos anos 90 e testada pela tentativa de golpe em 2002, a chamada revolução bolivariana na Venezuela já dura cerca de duas décadas. Embora tenha promovido reformas que impactaram as condições de vida do povo pobre, não rompeu com o capitalismo, fazendo com que os interesses da burguesia e o Estado burguês prevalecessem no país.

Em 2018, através do Acordo Marco Unitário entre o PSUV (Partido Socialista Unificado da Venezuela) e o PCV (Partido Comunista da Venezuela), os comunistas tentaram mudar a direção para qual caminhava o partido governista e a própria Venezuela. Quando ficou claro que o PSUV não tinha intenções de cumprir com o acordo e tampouco tinha disposição de derrubar a burguesia venezuelana, o acordo se rompeu.

Neste momento o PCV fundou a APR (Alternativa Popular Revolucionária), buscando fortalecer as organizações operárias e populares do país. Do outro lado, o PSUV decidiu uma vez mais apostar em uma tentativa de acordo com a burguesia, adotando políticas de ajuste fiscal, reduzindo o salário dos trabalhadores e dolarizando a economia.

Mas após romper com Nicolás Maduro e organizar a APR em 2022, o PCV e sua militância passaram a ser alvo de uma série de perseguições política, até que em agosto de 2023, o PSUV, partido de Nicolás Maduro, através de uma manobra judicial cassou o reconhecimento legal do partido comunista, que teve seu registro legal “transferido” pela justiça para um grupo ligado ao PSUV, criando assim um “novo PCV” cuja nova direção, nomeada pelo próprio Estado venezuelano tem como única tarefa apoiar o governo Maduro, silenciando toda crítica à esquerda nas eleições de 2024.

Tudo isso preparou o caminho para a eleição de 2024. O Acordo de Barbados, assinado em outubro de 2023 entre o governo de Maduro e oposição de direita, previa uma pactuação e o compromisso de ambas as partes de garantir a realização de eleições limpas esse ano. A principal figura dessa oposição é Edmundo González Urrutia, que participou das ações de terrorismo

estatal do Plano Condor em El Salvador na década de 1970 e parte da década de 1980, como foi revelado por documentos da CIA que vieram a público em fevereiro de 2009.

Corina Machado, outra uma figura importante da oposição de extrema-direita, apoiou o golpe de 2002 contra Chávez, defende as sanções dos Estados Unidos contra o seu próprio país, e apoiou os protestos que entre 2014 e 2017 mataram centenas de venezuelanos. Corina Machado e González Urrutia representam o interesse do imperialismo dos Estados Unidos de se apoderar diretamente do petróleo da Venezuela para reforçar sua posição de domínio na América Latina.

Do outro lado, o Governo Maduro segue buscando apoio e sustentação em setores da burguesia venezuelana, ainda que sem sucesso total. Também busca extrair máximas vantagens para o desenvolvimento capitalista do país, equilibrando-se entre a tentativa de reconciliação com os laços com Rússia e China, buscando sua sobrevivência econômica e o alívio das sanções dos Estados Unidos.

Ou seja: o governo Maduro é, ao mesmo tempo, um entrave nos planos dos setores mais golpistas da burguesia venezuelana e do imperialismo, mesmo sem representar um pólo político contrário à burguesia e anti-imperialista, situação que não é inédita na história da América Latina.

A classe trabalhadora venezuelana está sendo empurrada para duas alternativas de blocos burgueses com interesses distintos: de um lado Maduro e o PSUV com “sua” burguesia, que busca se manter no poder aplicando uma política econômica para os ricos e perseguindo os movimentos proletários e populares não-alinhados. Do outro lado, os setores burgueses mais reacionários e golpistas, representados por Corina Machado, representarão uma vitória dos interesses do imperialismo estadunidense. Nenhuma das duas alternativas é do interesse do proletariado venezuelano e cada uma a seu modo quer reconciliar a Venezuela com os ditames dos Estados Unidos.

A perseguição ao PCV foi um duro golpe contra as forças revolucionárias e proletárias, e por isso expressamos a mais irrestrita solidariedade aos comunistas venezuelanos.

Mas ao contrário do que foi feito, a melhor alternativa a Maduro não é apoiar um candidato que borra e confunde as fronteiras entre as classes, como fez o PCV. A prioridade continua sendo o fortalecimento de um bloco de organizações revolucionárias, não uma frente ampla entreguista.

É urgente intensificar a agitação sobre o fato de que os programas econômicos de ambos os lados em disputa não oferecem uma alternativa real. A luta do proletariado deve focar em seu próprio programa, com máxima independência política e unidade das forças revolucionárias. Embora pedir a auditoria das atas eleitorais possa parecer uma tática adequada do ponto de vista democrático, ela é ilusória. O mais crucial é manter uma forte agitação do programa proletário, sem ficar a reboque de nenhuma burguesia.

O próximo período será crítico para o proletariado venezuelano, que deve enfrentar se diluir na disputa interimperialista mundial e ao mesmo tempo combater o fechamento do regime de Nicolás Maduro.

Mas não temos dúvida: não é possível admitir qualquer intervenção estrangeira na Venezuela. Nenhuma interferência pode ser normalizada, seja ela de organismos internacionais ou do imperialismo estadunidense. Do mesmo modo, é fundamental jamais perder de vista a denúncia das sanções econômicas impostas pelos EUA, que prejudicam a classe trabalhadora e já causaram a morte de mais de 40 mil venezuelanos até agora, através do sufocamento da economia do nosso país vizinho.

Leia a nota completa no site emdefesadocomunismo.com.br ou através do QR code



Conheça o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR

O PCBR nasceu dos esforços de milhares de pessoas que, do norte ao sul do país, trabalham para construir um Partido à altura do legado de mais de cem anos do movimento comunista brasileiro. Queremos um Partido capaz de organizar e conscientizar a classe trabalhadora na direção de seus interesses revolucionários, para a completa reorganização socialista da sociedade. Em todo o mundo, o capitalismo em crise provoca miséria, destruição ambiental, guerras e injustiças. Em nosso país não é diferente: para manter sua dominação e explorar cada vez mais, a grande burguesia fomenta o fascismo e a violência de Estado. Entendemos que a única alternativa para pôr um

fim a essa situação é a Reconstrução Revolucionária do movimento comunista, superando a política social-liberal e reformista que hoje predomina nos movimentos populares. Suplicar ou conciliar com nossos exploradores não é a resposta. Foi por isso que, rompendo com a indefinição e a vacilação política que marcavam o movimento comunista brasileiro, decidimos no XVII Congresso (Extraordinário) do Partido Comunista Brasileiro – Reconstrução Revolucionária pela denominação PCBR, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, sinalizando nosso compromisso inegociável com a revolução socialista em nosso país e no mundo.



Foto: Acervo Jornal O Futuro

Um jornal para a construção de um Futuro Socialista

Uma das nossas maiores preocupações, desde os primeiros passos do Partido, sempre foi a ausência de um jornal comunista de ampla circulação em nosso país. Durante todo o processo do XVII Congresso demos um grande foco à importância de um jornal impresso que fosse capaz de servir como organizador coletivo da atividade política entre as massas e de levar as ideias comunistas aos lugares em que as redes sociais não nos impulsionam espontaneamente. Por isso mesmo a esmagadora maioria de nossa militância manifestou sua concordância com essa prioridade pela construção de um jornal político unificado para todo o Brasil: nosso Órgão Central, o jornal O Futuro. Esse próprio nome indica a opção por um

veículo que, além de denunciar as mazelas do presente, agite a centelha da esperança em um futuro socialista, no qual o poder econômico e político passe para as mãos da classe trabalhadora. Com esse instrumento impresso, poderemos ir além do alcance difuso das redes sociais, organizando a agitação e a atividade comunista de modo centralizado, nos preparando para reagir a todo tempo contra qualquer injustiça nas mais distantes localidades do país. O Futuro é a nossa ferramenta para unir a luta teórica, econômica e política a cada passo que dermos no combate aos exploradores e aos oportunistas que buscam iludir os trabalhadores com promessas vazias.

COLABORE COM A IMPRENSA REVOLUCIONÁRIA!

Em um país onde poucas famílias dominam os grandes veículos de imprensa e definem o que deve ser veiculado, dito e pensado pelos trabalhadores, transformando em demandas gerais as pautas que só beneficiam a burguesia, toda iniciativa jornalística que levante a bandeira de nossa classe precisa de sua independência financeira. Se quem paga a banda escolhe a música, não podemos nos iludir: veículos financiados por grandes empresas e fundações privadas ou mesmo veículos estatais financiados com dinheiro público existem para defender os interesses de quem os controla, não os nossos. E por isso nasce **O Futuro**, um jornal político para todo o Brasil. Agitando as bandeiras da classe trabalhadora sem fingir imparcialidade e sem dissimular nossos objetivos, nossa missão é apenas uma: formar e organizar a classe trabalhadora brasileira rumo ao socialismo. Financie esse esforço!

Acesse nossa campanha de financiamento pelo site apoia.se/jornalofuturo ou pelo QR code



Para colaborar através do PIX utilize o QR code a seguir ou através da chave: 54.810.269/0001-62

